

# Ensino sem abusos

*Educação*

A existência do ensino privado é uma das características da democracia. Só nos regimes totalitários pretende-se o ensino público obrigatório, pretensamente "gratuito" e de elevado nível intelectual, mas na verdade pago por toda a sociedade e nem sempre com a qualidade educacional que se espera de qualquer estabelecimento dessa natureza. No Brasil, por tradição e pelo texto constitucional, o ensino é livre e a escola particular goza de prestígio e de independência, dentro dos limites da lei.

Por tudo isso, é constrangedor para os defensores da escola privada a constatação, feita pela superintendência da Receita Federal no Distrito Federal, de que algumas escolas particulares são culpadas de sonegação de tributos. No momento em que essas escolas passam por enorme desgaste junto à opinião pública, seja pela infeliz idéia de cancelar matrículas de alunos inadimplentes, seja pela sugestão de uma espé-

cie de SNI particular para levantar um fi-chário de inadimplência - que alcançaria até a rede Internet -, é das piores a notícia, levantada pelo Jornal de Brasília, de que vários estabelecimentos brasilienses de ensino estariam em débito com o Fisco da União.

As escolas privadas, que desempenham papel importante no processo educativo, bem como na garantia da pluralidade de opiniões na democracia representativa, não podem ficar expostas por conta de matéria tão incômoda e delicada quanto as obrigações tributárias. É muita vulnerabilidade, tanto mais que várias escolas pretendem reajustar suas anuidades em torno de 19% num País que, gloriosamente, derrubou a inflação elevadíssima do passado a algo em torno de 11% esperados para o corrente ano. É muita matéria para críticas. E os adversários do ensino particular obviamente não perdem tempo para coltar essas informações e aumentar o ritmo

de seus ataques ao setor privado da educação nacional.

A opinião pública fica no aguardo de esclarecimentos e de providências, tanto das escolas denunciadas pela Receita Federal quanto pelas entidades que falam pelos estabelecimentos de ensino. Os defensores do ensino privado também precisam desse posicionamento, pois não se pode tomar o todo pela parte, mas é dever do todo tomar suas medidas para que as partes em questão sejam devidamente normalizadas diante do Fisco. A educação está no topo das prioridades nacionais, tanto a particular quanto a pública. O País precisa de ambas para vencer o analfabetismo, educar as novas gerações e atualizar o Brasil com os níveis internacionais do saber contemporâneo. As escolas privadas e as públicas, por isso mesmo, não podem e nem devem ficar sujeitas a tais situações de constrangimentos que tanto prejudicam a sua credibilidade.